



## Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF Fl.

Processo nº

10510.001867/2002-56

Recurso nº Acórdão nº

: 122.361 201-77.163

: CASA SANTA ROSA LTDA.

Recorrente Recorrida

: DRJ em Salvador - BA

## COFINS. COMPENSAÇÃO.

Nos termos do art. 66 da Lei nº 8.383/91, nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de anulação, revogação ou rescisão de condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a subsequentes, independente autorização administrativa, podendo efetuá-la por sua conta e risco, sujeitando-se a exame posterior. Tal compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie. Já no caso de compensação entre contribuições de espécies diferentes, como é o caso de PIS e COFINS, de acordo com os arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430/96, há necessidade de autorização prévia da Secretaria da Receita Federal.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CASA SANTA ROSA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2003.

**Presidente** 

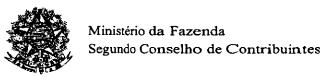
fosto Maria Ilbarques.

Josefa Maria Coelho Marques

Serafim Fernandes Corrêa

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Hélio José Bernz, Adriana Gomes Rego Galvão, Sérgio Gomes Velloso e Rogério Gustavo Dreyer.



2º CC-MF Fl.

Processo nº: 10510.001867/2002-56

Recurso nº : 122.361 Acórdão nº : 201-77.163

Recorrente: CASA SANTA ROSA LTDA.

## **RELATÓRIO**

O contribuinte acima identificado foi autuado por glosa de compensações efetuadas relativamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1998.

Em tempo hábil, apresentou impugnação alegando haver compensado PIS recolhido a maior do que o devido com COFINS e que tal compensação encontra arrimo no art. 66 da Lei nº 8.383/91. Alegou, ainda, ter direito à correção monetária, incluindo os expurgos inflacionários. Contestou a multa e pediu realização de perícia.

A DRJ em Salvador - BA manteve o lançamento.

Mediante arrolamento de bens foi interposto recurso voluntário reiterando alegações e acrescendo questões referentes à decadência do direito de pedir e semestralidade do PIS.

É o relatório



Processo nº: 10510.001867/2002-56

Recurso nº : 122.361 Acórdão nº : 201-77.163

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERAFIM FERNANDES CORRÊA

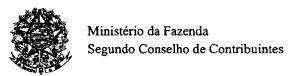
A razão do lançamento foi a glosa das compensações realizadas pelo contribuinte de PIS que teria sido recolhido a maior com a COFINS devida nos meses de janeiro a março de 1998.

O ceme do litígio diz respeito a que, de um lado entende o contribuinte que podia compensar por iniciativa própria PIS com COFINS e de outro o Fisco que diverge de tal entendimento, pois sustenta que tal compensação dependeria de prévia autorização.

A matéria compensação merece duas abordagens. Uma, quando a compensação se dá entre tributos e contribuições da mesma espécie e a outra quando se trata de espécies diferentes.

No primeiro caso, o contribuinte pode realizar a compensação por sua conta e risco e independe de autorização da autoridade administrativa nos termos do art. 66 da Lei nº 8.383/91, a seguir transcrito:

- "Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subseqüentes.
- § 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.
- § 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.
- § 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da Ufir.
- § 4º O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."
- Já no segundo, a compensação depende de autorização prévia da Secretaria da Receita Federal, como se vê da transcrição dos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430/96, a seguir:
  - "Art. 73. Para efeito do disposto no art. 7° do Decreto-lei n° 2.287, de 23 de julho de 1986, a utilização dos créditos do contribuinte e a quitação de seus débitos serão efetuadas em procedimentos internos à Secretaria da Receita Federal, observado o seguinte:
  - I o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo ou da contribuição a que se referir;
  - II a parcela utilizada para a quitação de débitos do contribuinte ou responsável será creditada à conta do respectivo tributo ou da respectiva contribuição.
  - Art. 74 Observado o disposto no artigo anterior, a Secretaria da Receita Federal, atendendo a requerimento do contribuinte, poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração."



2º CC-MF Fl.

Processo nº : 10:

10510.001867/2002-56

Recurso nº : 122.361 Acórdão nº : 201-77.163

Demarcadas as possibilidades, resta definir se PIS e COFINS são da mesma espécie. O entendimento predominante é o de que não são da mesma espécie. Sendo assim, o contribuinte somente poderia compensar PIS com COFINS mediante prévia autorização da Receita Federal, o que não ocorreu no presente caso, razão pela qual não assiste razão à recorrente.

Dessa forma, todas as demais alegações da recorrente restam prejudicadas, exceto a relativa a confiscatoriedade da multa que examino a seguir.

Tal alegação, a de que a multa de lançamento de oficio de 75% é confiscatória e atenta contra a Constituição, não procede. Tal multa está prevista na Lei nº 9.430/96, art. 44, citado no enquadramento legal do auto de infração, não existindo por parte do Supremo Tribunal Federal nenhuma decisão considerando tal dispositivo inconstitucional.

Por todo o exposto, nego provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2003.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA

John